



Boletim de Legislação



EJEF - *escala que forma e informa*

Nº 756 – 10 de janeiro de 2023

Abrangência: 09/12/2023 a 05/01/2024

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.819	DOU; 12/12/2023	Regulamenta o disposto no inciso XX do caput do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público.	Dec. 11.819 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.841	DOU; 22/12/2023	Regulamenta os incisos IV, XIII e XIV do caput e o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre a cooperação das guardas municipais com os órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.	Dec. 11.841 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.843	DOU; 22/12/2023	Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.	Dec. 11.843 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.844	DOU; 22/12/2023	Altera o Decreto nº 11.485, de 6 de abril de 2023, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres.	Dec. 11.844 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.846	DOU; 22/12/2023	Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências.	Dec. 11.846 (Site da Presidência da República)

DECRETO Nº 11.864	DOU; 27/12/2023	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.	Dec. 11.864 (Site da Presidência da República)
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132	DOU; 21/12/2023	Altera o Sistema Tributário Nacional.	Em. Const. 132 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.711	DOU; 22/12/2023	Promulga partes vetadas da Lei nº 14.711, de 30.10.2023 que “Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.	Lei 14.711 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.750	DOU; 13/12/2023	Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.	Lei 14.750 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.751	DOU; 13/12/2023	Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 .	Lei 14.751 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.752	DOU; 13/12/2023	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor.	Lei 14.752 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.753	DOU; 13/12/2023	Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).	Lei 14.753 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.754	DOU; 13/12/2023	Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências	Lei 14.754 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.755	DOU; 18/12/2023	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Lei 14.755 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.756	DOU; 18/12/2023	Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências.	Lei 14.756 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.757	DOU; 18/12/2023	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências.	Lei 14.757 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.758	DOU; 18/12/2023	Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).	Lei 14.758 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.759	DOU; 22/12/2023	Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.	Lei 14.759 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.766	DOU; 22/12/2023	Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica	Lei 14.766 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.767	DOU; 22/12/2023	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo.	Lei 14.767 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.770	DOU; 22/12/2023	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse .	Lei 14.770 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.786	DOU; 29/12/2023	Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte) .	Lei 14.786 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.790	DOU; 30/12/2023	Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.	Lei 14.790 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.791	DOU; 02/01/2023	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências	Lei 14.791 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 200	DOU; 22/12/2023	Promulga partes vetadas da Lei Complementar n. 200, de 30.8.2023, que “Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21.12.2022, e no inciso VIII do “caput” e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”.	Lei Compl. 200 (Site da Presidência da República)

LEI COMPLEMENTAR Nº 202	DOU; 18/12/2023	Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.	Lei Compl. 202 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 203	DOU; 18/12/2023	Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.	Lei Compl. 203 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 204	DOU; 29/12/2023	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.	Lei Compl. 204 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.199	DOU; 12/12/2023	Altera a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, para prorrogar a duração do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil - Faixa 1.	Med. Prov. 1.199 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 436	DOU; 11/12/2023	Estabelece os procedimentos operacionais relativos ao Pix Automático, ao Pix Agendado e ao Pix Cobrança.	Inst. Norm. 436 (Site da Imprensa Nacional)
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 437	DOU; 11/12/2023	Altera a Instrução Normativa BCB nº 331, de 1º de dezembro de 2022, que dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix, para inserir dispositivos relacionados aos limites de valor para as transações no âmbito do produto Pix Automático.	Inst. Norm. 437 (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 360	DOU; 11/12/2023	Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu Regulamento, para instituir as regras de funcionamento do Pix Automático e para realizar ajustes em dispositivos relacionados ao Pix Agendado.	Res. 360 (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 361	DOU; 11/12/2023	Altera o Anexo I à Resolução BCB nº 177, de 22 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Penalidades do Pix, para ajustar e inserir dispositivos relacionados à aplicação de penalidade em caso de descumprimento de regras relativas ao Pix Automático.	Res. 361 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.166	DOU; 15/12/2023	Dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos apurados nas aplicações nos fundos de investimento de que tratam os arts. 27 e 28 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023.	Instr. Norm. 2.166 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
SÚMULA N. 665	DJE/STJ; 14/12/2023	O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.	Súmula 665 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 538	DJE/CNJ; 18/12/2023	Altera a Resolução CNJ nº 351/2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e o Código de Ética da Magistratura.	Res. 538 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 539	DJE/CNJ; 19/12/2023	Altera a Resolução CNJ 75/2009, para aperfeiçoar o Exame Nacional da Magistratura.	Res. 539 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 159	DJE/CNJ; 20/12/2023	Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais – FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas – FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências	Prov. 158 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 24.612	Minas Gerais; 27/12/2023	Institui o Plano de Regularização do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Lei 24.612 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.615	Minas Gerais; 28/12/2023	Altera os arts. 19 e 50 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.	Lei 24.615 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.616	Minas Gerais; 28/12/2023	Altera o art. 3º da Lei nº 22.422, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.	Lei 24.616 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.622	Minas Gerais; 28/12/2023	Altera a Lei nº 23.676, de 9 de julho de 2020, que dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico-pericial que atesta Transtorno do Espectro do Autismo – TEA –, para os fins que especifica.	Lei 24.622 (Site da ALMG)
LEI Nº 24.632	Minas Gerais; 29/12/2023	Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.	Lei 24.632 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
COMUNICADO SEM NÚMERO	Minas Gerais; 04/01/2024	Comunica os dias de feriados e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2024, nas repartições públicas estaduais.	Comunicado s/n (Site da Subsecretária de Assessoria Técnica Legislativa do Governo de Minas)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 18.556	D.O.M. 13/12/2023	Dispõe sobre o fornecimento de alimentação nos dois períodos de férias escolares às famílias de estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza matriculados na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	Dec. 18.556 (Site da PBH)
DECRETO Nº 18.572	D.O.M. 22/12/2023	Define o percentual de desconto a ser aplicado para pagamentos antecipados do IPTU e das taxas que com ele são cobradas, referentes ao exercício de 2024.	Dec. 18.572 (Site da PBH)

LEI Nº 11.634	D.O.M. 16/12/2023	Dispõe sobre o dever de os estabelecimentos de ensino públicos ou privados situados no Município informarem o pai, a mãe ou os responsáveis legais sobre a realização de eventos extracurriculares.	Lei 11.634 (Site da PBH)
---------------	----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 138	DJE; 13/12/2023	Avisa sobre a abertura das inscrições de juízes e juízas de direito para atuação nas Centrais de Audiências de Custódia – CEACs sediadas nas Comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia.	Aviso 138 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.411	DJE; 12/12/2023	Fixa os valores a serem pagos aos juízes leigos do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais pelos atos homologados e revoga a Portaria da Presidência nº 5.498, de 21 de fevereiro de 2022.	Port. 6.411 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.412	DJE; 11/12/2023	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.412 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.413	DJE; 13/12/2023	Dispensa juiz leigo de sua função em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.413 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.414	DJE; 14/12/2023	Designa Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e altera a Portaria da Presidência nº 5.644, de 1º de julho de 2022.	Port. 6.414 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.415	DJE; 15/12/2023	Dispensa juíza leiga de sua função em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.415 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.416	DJE; 15/12/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Bonfim.	Port. 6.416 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.417	DJE; 15/12/2023	Dispõe sobre recomposição de Turmas Recursais dos Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.417 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.418	DJE; 19/12/2023	Dispensa juíza leiga de sua função e designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.418 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.419	DJE; 19/12/2023	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.419 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.420	DJE; 26/12/2023	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Port. 6.420 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.512	DJE; 12/12/2023	Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período que especifica.	Port. Conj. 1.512 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.513	DJE; 13/12/2023	Institui o Projeto-Piloto de Sucessão de Gestores por Competências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.	Port. Conj. 1.513 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.514	DJE; 14/12/2023	Institui o Núcleo Integrado de Justiça Multiportas - Nucleomulti no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte.	Port. Conj. 1.514 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.515	DJE; 18/12/2023	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020, que "Institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais".	Port. Conj. 1.515 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.060	DJE; 19/12/2023	Dispõe sobre o processamento das cartas precatórias nas Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais das Comarcas do interior do Estado de Minas Gerais	Res 1.060 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.061	DJE; 19/12/2023	Dispõe sobre a criação, a estrutura e o funcionamento dos Fóruns e CEJUSCs Digitais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	Res 1.061 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.062	DJE; 19/12/2023	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 979, de 17 de novembro de 2021, que "Dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF".	Res 1.062 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.063	DJE; 19/12/2023	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Comitê Gestor Regional de Primeira Instância no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Res 1.063 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.064	DJE; 20/12/2023	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 805, de 4 de agosto de 2015, que "Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE na Comarca de Belo Horizonte".	Res 1.064 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.065	DJE; 20/12/2023	Determina a redistribuição de acervo processual para as Varas Criminais na Comarca de Uberlândia.	Res 1.065 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.066	DJE; 19/12/2023	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Res 1.066 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.067	DJE; 19/12/2023	Acresce o § 8º ao art. 17 da Resolução do Órgão Especial nº 973, de 4 de outubro de 2021, que "Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Res 1.067 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.068	DJE; 19/12/2023	Dispõe sobre a instalação do 11º Tabelionato de Notas da Comarca de Belo Horizonte.	Res 1.068 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 72	DJE; 12/12/2023	Torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 70, de 28 de novembro de 2023, que “avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao mês de novembro de 2023, e, ainda, sobre o reprocessamento dos dados de operosidade dos juízes de direito relativamente a períodos pretéritos, da reabertura do prazo de impugnação e sobre a liberação dos dados de operosidade no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU de forma paulatina”.	Aviso 72 (Site do TJMG)
AVISO Nº 73	DJE; 15/12/2023	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao mês de novembro de 2023, e, ainda, sobre o reprocessamento dos dados de operosidade dos juízes de direito relativamente a períodos pretéritos, da reabertura do prazo de impugnação e sobre a liberação dos dados de operosidade no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU de forma paulatina.	Aviso 73 (Site do TJMG)
AVISO Nº 74	DJE; 18/12/2023	Avisa sobre a realização de sorteio público para desempate dos serviços notariais e de registro que possuam a mesma data de vacância e de criação e que serão ofertados em concurso público.	Aviso 74 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 3	DJE; 15/12/2023	Avisa sobre a forma de intimação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, durante o período de 20 de dezembro de 2023 a 7 de janeiro de 2024.	Aviso Conj. 3 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.855	DJE; 14/12/2023	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Esmeraldas.	Port. 7.855 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.856	DJE; 14/12/2023	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Unaí.	Port. 7.856 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.857	DJE; 14/12/2023	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Caratinga.	Port. 7.857 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.858 (EXTRATO)	DJE; 13/12/2023	Prorroga o prazo concedido pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.563, de 31 de março de 2023, que “instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante”.	Port. 7.858 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.859	DJE; 14/12/2023	Designa Juiz Auxiliar da Corregedoria para exercer as funções de Diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte e da Superintendência Adjunta dos Serviços Administrativos e dos Órgãos de Jurisdição de Primeiro Grau da 1ª Região, por prazo estipulado.	Port. 7.859 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.860	DJE; 14/12/2023	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Governador Valadares.	Port. 7.860 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.861	DJE; 20/12/2023	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Bocaiúva	Port. 7.861 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.862	DJE; 15/12/2023	Altera a alínea “f” do inciso II do art. 1º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.214, de 5 de julho de 2022, que “delega aos Juízes Auxiliares da Corregedoria o exercício das atribuições vinculadas às Superintendências Adjuntas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, bem como o exercício das atribuições de Diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte”, e dá outras providências.	Port. 7.862 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.863	DJE; 19/12/2023	Altera a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.251, de 20 de julho de 2022, que “institui o Núcleo de Acompanhamento da Regularização Fundiária Urbana e Rural - NUAREF da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre sua organização e seu funcionamento e dá outras providências”.	Port. 7.863 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.